

A dívida externa, uma reflexão

IGNACIO M. RANGEL

O problema da dívida externa brasileira deve ser estudado, principalmente, sob dois prismas diferentes: a) como reflexo de um movimento mundial de conjuntura, o que o torna parte integrante do problema geral das finanças do mundo capitalista e, mais particularmente, do Terceiro Mundo, do qual ainda fazemos parte; b) como expressão de um movimento de conjuntura nacional, endógeno, que o singulariza e faculty soluções peculiares, não aplicáveis ao resto do Terceiro Mundo. Por outras palavras, o problema de nossa dívida externa deve ser visto (1) como incidente da fase "b" do 4.º Kondratiev e, (2) idem, da fase recessiva do nosso presente ciclo médio nacional.

Claro está que não é possível formar um juízo válido sem que o problema seja abordado sob ambos esses prismas, mas não devemos cometer o equívoco de supor que nossa presente crise financeira seja inseparável da mundial. Essa visão tem sido usada para justificar nossa subserviência perante os interesses do Primeiro Mundo e, em especial, dos Estados Unidos. Supostamente, devemos estar preparados para suportar sacrifícios, em aras dos interesses norte-americanos de superação da própria crise, sem considerar que essa superação, mesmo na modesta medida em que está ocorrendo, pode resultar do "fechamento" da economia cêntrica, em nosso detrimento, portanto.

Ora, a verdade é que, embora as

crises relacionadas com os ciclos longos sejam de etiologia intrinsecamente "mundial", dado que resultam de movimentos do (atual) centro dinâmico, cada país, periférico ou cêntrico, goza de autonomia, por vezes considerável, de ajustamento ativo à conjuntura universal, sem falarmos na possibilidade, não sem precedentes, de que, por força da própria crise, ocorra um deslocamento, uma troca, de centro dinâmico. A economia mundial a emergir da presente crise terá, talvez, mais capitalismo do que a presente, mas é altamente improvável que se preserve a atual estrutura internacional, isto é, o mesmo esquema de relacionamento entre centro e periferia, como numa manobra de ordem unida.

Não é, entretanto, desse problema que gostaria de ocupar-me hoje, mas da possibilidade de que, ainda uma vez, o Brasil possa deslocar-se do rebanho mundial de economias nacionais em crise, no sentido de que possa encontrar meios de retomar o crescimento, nas condições da depressão mundial, e não depois que esta houver passado. Ora, a superação da presente crise financeira do mundo capitalista não pode ser senão parte da superação geral da crise, o que promete demorar.

Com efeito, nosso endividamento externo (do Terceiro Mundo) resulta, por certo, de uma oferta anômala de recursos no mercado mundial, mas essa oferta foi apenas condição necessária, mas não suficiente para o nosso endividamento. A aceleração dessa oferta — nas condições terríveis em

que se fez — resultou de certas circunstâncias internas, capazes de engendrar uma demanda de capitais igualmente anômala, dado que implicava, e de longa data, em "dumping" do mercado nacional, acarretando o esmorecimento, e não a aceleração, do desenvolvimento. Em resumo, passamos a endividar-nos no estrangeiro para adquirir coisas que nossa economia já podia suprir. Nossa economia, precisamente por efeito do estreitamento do seu mercado interno, entrou em crise. Ora, o primeiro fato (oferta) relaciona-se com a crise mundial, mas o segundo (demanda) exprime a crise interna e comporta remédios internos.

A superação de nossa crise interna importa, com efeito, na instrumentalização de demanda efetiva para a produção nacional a resultar do uso da capacidade ociosa já acumulada. Trata-se, mais uma vez, de um esforço de substituição de importações, mas em condições diferentes das históricas, isto é, da primeira fase de nossa industrialização. Naquele tempo, o esforço de substituição de importações, em troca da promessa de alívio do balanço de pagamentos, no futuro, engendrava uma pressão atual sobre o mesmo BP.

A situação é outra, quando se trata de utilizar uma capacidade produtiva já existente e ociosa.

IGNACIO M. RANGEL é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, "A inflação brasileira" e "Tecnologia — ciclo e crescimento".

18/83

19/83

FOLHA DE SÃO PAULO, 24/10/83